

PEDRO H. C. FONSECA



ARDEM DE DIGNIDADE



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Pedro H. C. Fonseca.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

FONSECA, Pedro H. C.

Lavagem de dinheiro - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-987-8

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDU343

CDD341.5

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



112 799 6

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
1. INTRODUÇÃO	21
2. O BEM COMO SUBSTÂNCIA VALORATIVA DE PROTEÇÃO JURÍDICO PENAL - ΟΥΣΙΑ NA LAVAGEM DE DINHEIRO	29
2.1. Introdução	29
2.2. O bem-jurídico penal como critério material do injusto na lavagem de dinheiro	36
3. INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA: EMERGENCIALISMO DO TIPO DE INJUSTO DO PROCESSO DE LAVAGEM DE DINHEIRO E A QUESTÃO SUBSTANCIAL DO DELITO	51
3.1. Introdução	51
3.2. Ordem internacional	55
3.3. Brasil - Lei de Lavagem de dinheiro e aspectos técnicos – distanciamento do critério material de construção dos tipos penais	64
3.3.1. Lei de Terceira Geração	67
3.3.2. Lavagem de dinheiro e o vínculo fático – dogmático com infração penal antecedente – princípio da acessoriedade e aspectos doutrinários	67
3.3.3. Etapas de realização do crime de lavagem de capitais	70
3.3.3.1. Placement	73

3.3.3.2. Layering.....	75
3.3.3.3. Integration	75
3.4. Aspectos conclusivos da análise histórica-estrutural do processo de lavagem de dinheiro	76
4. A IDEIA DO BEM JURÍDICO E A CORRELAÇÃO COM A CRIMINOLOGIA NA LAVAGEM DE DINHEIRO	79
4.1. Introdução	79
4.2. Teoria dos Rótulos e a relação com a lavagem de dinheiro – “Outsiders”	82
4.3. A lavagem de dinheiro e a criminologia crítica – Exercito Industrial de Reserva	84
4.4. Escola de Chicago – Ghetto: análise do processo de lavagem de dinheiro e a ecologia criminal	87
4.5 A lavagem de dinheiro do ponto de vista da teoria da Subcultura do Delinquente – Delinquente boys.....	90
4.6. A Teoria da Anomia – Robert King Merton e o delito como fragilidade moral da sociedade: correlação com a lavagem de dinheiro	92
4.7. Teoria da Associação Diferencial – Sutherland e os crimes de colarinho branco.....	95
4.8. Aspectos conclusivos da lavagem de dinheiro na Criminologia – Escolas Sociológicas do Crime.....	103
5. CORRELAÇÃO DOGMÁTICA-SISTÊMICA DO BEM JURÍDICO NA ESFERA DO PROCESSO DE LAVAGEM DE DINHEIRO – DO PRÉ-ILUMINISMO À JOHANN BIRNBAUM	105
5.1. Introdução	105
5.2. Pré-Iluminismo: vácuo conceitual do conceito do bem jurídico para a lavagem de dinheiro.....	106
5.3. Iluminismo e a luz do bem jurídico como fonte substancial para a (a)tipicidade da lavagem de dinheiro	109
5.4. Paul Johann Anselm Rittter von Feuerbach e o a concepção material do delito: considerações quanto ao processo de lavagem de dinheiro e o direito subjetivo.....	115

5.5. Johann Birnbaum, a crítica à tese Feuerbach e a correlação do bem jurídico quanto ao branqueamento de capitais.....	119
--	-----

6. ANÁLISE DOGMÁTICA-POSITIVISTA DO BEM JURÍDICO NA LAVAGEM DE DINHEIRO – DA CONCEPÇÃO POSITIVISTA NORMATIVA DE BINDING AO PENSAMENTO POSITIVISTA SOCIOLÓGICO DE LISZT. 125

6.1. Introdução.	125
6.2. Karl Binding, a segunda metade do Século XIX: abordagem formal do conceito do bem jurídico na lavagem de dinheiro	126
6.3. Franz von Liszt, bem jurídico, viés de concepção material e a proximidade substancial ao processo de lavagem de dinheiro.	130

7. ANÁLISE DO TIPO DE LAVAGEM DE DINHEIRO A PARTIR DO NEOKANTISMO E A NOVA ESTRUTURA DOGMÁTICA FINALISTA..... 139

7.1. Introdução	139
7.2. Bem Jurídico e o Neokantismo – Visão Cultural-Valorativa Relacionada ao Processo de Lavagem de Dinheiro.....	140
7.3. Hans Welzel e os Valores Ético-Sociais: O Bem Jurídico na Lavagem de Dinheiro Sob Viés Finalista.....	148

8. ANÁLISE FUNCIONALISTA DE UMA ABORDAGEM DO PROCESSO DE LAVAGEM DE DINHEIRO QUANTO AO BEM JURÍDICO 157

8.1. Introdução.....	157
8.2. Normativismo monista funcional-sistêmico de Günther Jakobs e a sua relação com o bem jurídico penal na lavagem de dinheiro	157
8.3. Funcionalismo Sistêmico de Knut Amelung e sua visão quanto ao bem jurídico penal em conexão com Binding e Jakobs.....	165
8.4. O bem jurídico penal pessoal independente-sociológico na concepção funcionalista do controle social de Winfried	

Hassemer e sua abordagem no processo de lavagem de dinheiro.....	170
8.5. A relação do processo de lavagem de dinheiro e a identificação da noção do bem jurídico no Funcionalismo teleológico de Claus Roxin.....	174
8.6. A lavagem de dinheiro sob viés do Funcionalismo Reducionista de Zaffaroni e o bem jurídico	188
8.6.1. A antinormatividade como elemento da tipicidade conglobante e o princípio do non olet no crime de lavagem de dinheiro	196
8.6.2. O bem jurídico na tipicidade material, o princípio da insignificância e a antinormatividade como excludentes do crime de branqueamento de capitais na dogmática funcionalista reducionista, por ausência de tipicidade conglobante.....	198
8.7. Proposta dogmática funcionalista de Silva Sánchez, o bem jurídico e o branqueamento de capitais.....	200
9. A VIOLAÇÃO DO BEM JURÍDICO COMO EXIGÊNCIA DA PRETENSÃO DE OFENSIVIDADE, ELEMENTO DA PRETENSÃO DE RELEVÂNCIA NA ESTRUTURA SIGNIFICATIVA DO DELITO – POR TOMÁS SALVADOR VIVES ANTÓN.....	207
9.1. Introdução	207
9.2. Elementos da estrutura significativa do delito e o bem jurídico.....	209
9.3. O bem jurídico lesionado como requisito de relevância para formação do delito de lavagem de dinheiro	214
9.3.1. Estrutura significativa do delito – identificação do bem jurídico.....	217
9.4. A concepção procedimental do bem jurídico e o branqueamento de capitais.....	222
10. DOGMÁTICA ESTRUTURAL FINALISTA COMO MARCO DE ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA DE LESIVIDADE DO BEM JURÍDICO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO ATUAL CONTEXTO CONSTITUCIONAL.....	225

10.1. Introdução.....	225
10.2. Do identificação do bem jurídico no crime de lavagem de dinheiro do período pré-iluminista ao funcionalismo de Silva Sánchez e a fundamentação da adoção finalista como estrutura dogmática de partida para verificação do crime de lavagem de dinheiro como pós fato impunível	226
11. A LESIVIDADE NO ÂMBITO DO DELITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS: ACEITAÇÃO FINALISTA E A ADEQUAÇÃO SOCIAL	245
11.1. Introdução	245
11.2. Vício de tipicidade material no delito de lavagem de capitais: inconsistência constitucional e o Finalismo.....	250
11.3. Dogmática jurídico-penal, importância sistemática do bem jurídico como instrumento de suprallegalidade no Direito penal no âmbito do crime de lavagem de dinheiro	252
11.4. Apontamentos dogmáticos e a relação quanto à natureza jurídica do branqueamento de capitais na condição de post factum impunível.....	259
12. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE MATERIAL E O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS	265
12.1. Introdução.....	265
12.2. Crítica garantística quanto ao bem jurídico e o crime de lavagem de dinheiro.....	273
13. O BEM JURÍDICO REVELADO NOS CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E O VÍNCULO FINALISTA – CRISE DOGMÁTICA.....	293
13.1. Introdução.....	293
13.2. Bem jurídico do branqueamento de capitais – bem jurídico do crime antecedente.....	295
13.3. Bem jurídico do branqueamento de capitais – bem jurídico administração da justiça.....	303
13.4. Bem jurídico do branqueamento de capitais – bem jurídico e ordem econômica – financeira	308

13.5. Considerações conclusivas quanto ao bem jurídico da lavagem de dinheiro em relação ao crime antecedente, à administração da justiça e à ordem econômica.....	316
--	-----

14. ASPECTOS SUBJETIVOS, DOLO, DOLO EVENTUAL E A CEGUEIRA DELIBERADA, A CONSCIÊNCIA E O ERRO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO 321

14.1. Introdução	321
14.2. Teoria psicológica da culpabilidade e a lavagem de dinheiro	328
14.3. Teoria psicológico normativa da culpabilidade e a lavagem de dinheiro	328
14.4. Teoria normativa pura da culpabilidade e a lavagem de dinheiro	329
14.5. Culpabilidade no Funcionalismo teleológico e sistêmico e a lavagem de dinheiro	330
14.6. Teoria da motivabilidade da culpabilidade e a lavagem de dinheiro	333
14.7. Pretensão de reprovabilidade em Vives Antón e a lavagem de dinheiro	335
14.8. Sancionabilidade penal como elemento de delito da reprovabilidade no crime de Lavagem de Dinheiro.....	339

15. CONSCIÊNCIA DA ANTIJURIDICIDADE E O ERRO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: POSIÇÃO FINALISTA 341

15.1. Introdução	341
15.2 Consciência da antijuridicidade no crime de lavagem de dinheiro: aspecto dogmático e o bem jurídico.....	344

16. A LAVAGEM DE DINHEIRO COMO REFLEXO DO DIREITO PENAL DA SOCIEDADE DE RISCO E A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO DE LEI E ORDEM COMO SÍMBOLO DO EXPANSIONISMO PENAL E DO DIREITO PENAL MÁXIMO 349

16.1. Introdução	349
------------------------	-----

16.2. A relação da lavagem de dinheiro com os crimes de perigo abstrato e o princípio da lesividade na sociedade de risco - inconsistência constitucional.....	361
--	-----

17. INVESTIGAÇÃO QUANTO À CONSTITUCIONALIDADE DA LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – BEM JURÍDICO COMO MATÉRIA DO TIPO ENQUANTO OBJETO DE PROTEÇÃO.....	375
17.1. Introdução.....	375
17.2 Considerações do iter criminis e post-factum impunível e o processo de lavagem de dinheiro.....	385
17.3. Instrumentos de viabilidade prática da tese	389
CONCLUSÃO	397
REFERÊNCIAS.....	415